

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

Procuradoria-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Porto Alegre, 17 de novembro de 2008.

Edição nº 077

Nesta edição:

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Atos Normativos2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Atos Normativos2

Boletins de Pessoal2

Súmulas de contrato e convênios.....3

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....4



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 17 de novembro de 2008.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 077

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

PROVIMENTO Nº 67/2008

Dispõe sobre o horário de expediente da Procuradoria-Geral de Justiça no período de 05 de janeiro a 27 de fevereiro de 2009, e dá outras providências.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE editar o seguinte Provimento:

Art. 1º O horário de expediente, nos setores administrativos da Procuradoria-Geral de Justiça, no período de 05 de janeiro a 27 de fevereiro de 2009, será o seguinte:

I – de segundas a quintas-feiras: das 12h às 19h;

II – sextas-feiras: das 8h às 15h.

Art. 2º Poderão ser mantidos, a critério das chefias, plantões nos serviços considerados essenciais.

Art. 3º Os Coordenadores das Procuradorias de Justiça e das Promotorias de Justiça poderão adotar o procedimento previsto no artigo anterior, devendo comunicar antecipadamente à Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

Art. 4º Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 14 de novembro de 2008.

MAURO HENRIQUE RENNER,

Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

MILTON FONTANA,

Chefe de Gabinete.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

PORTARIA Nº 3178/2008

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE** publicar esta portaria, para determinar, com fulcro no Artigo 203 da Lei Complementar Estadual nº 10.098/94, o **ARQUIVAMENTO** do Procedimento Administrativo de Sindicância, SPU-PR. 00963.00146/2008-7.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 17 de novembro de 2008.

ANÍZIO PIRES GAVIÃO FILHO,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

Registre-se e Publique-se.

JORGE ANTÔNIO GONÇALVES MACHADO,

Diretor-Geral.

BOLETIM Nº 467/08

O SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, resolve conceder as vantagens a seguir:

NOME	MATRÍCULA	LICENÇA-PRÊMIO/QUINQ
CARLA RODRIGUES CODORNIZ DE OLIVEIRA	14962802	14/11/2003 a 11/11/2008

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 17 de novembro de 2008.

JORGE ANTONIO GONÇALVES MACHADO,

Diretor-Geral.

BOLETIM Nº 468/2008

O SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

EXONERAR

- a pedido, a contar de 17 de novembro de 2008, a servidora CARLA RODRIGUES CODORNIZ DE OLIVEIRA, matrícula nº 1496 2802, do cargo em comissão de Assessor Especial II, CC-05, deste Órgão (PR.00592.00731/2008-5 - Port.3157/08)

- a pedido, a contar de 17 de novembro de 2008, a servidora ANDREA QUADROS PASQUINI, matrícula nº 1495 7000, do cargo em comissão de Coordenador Administrativo, CC-10, acrescido da gratificação de representação de 35% (trinta e cinco por cento), deste Órgão (Port.3158/08)

- a pedido, a contar de 17 de novembro de 2008, o servidor EDUARDO DUTRA FREITAS, matrícula nº 1413 7011, do cargo em comissão de Assessor Especial II, CC-05, deste Órgão (Port.3159/08).

REVOGAR

- a pedido, a contar de 17 de novembro de 2008, a Portaria nº 1693/2000, que designou a servidora LUCIA HELENA PEREIRA, Assessora – Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, 1260 1110, para exercer a Função Gratificada de Coordenador de Secretaria de Procuradoria de Justiça, FG-10, deste Órgão (Port. 3161/08).

ATRIBUIR

- a contar de 17 de novembro de 2008, encargos de Chefia Administrativa da Secretaria da Procuradoria Criminal à servidora LUCIA HELENA PEREIRA, Assessor – Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, 1260 1110 (Port.3162/08).

ADITAR

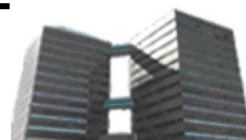
- o Boletim nº 460/08, no que se refere à concessão de Licença para Tratar de Interesses Particulares à servidora MARISA BOCHERNITSAN, Agente Administrativo, matrícula nº 1496 4341, para constar que a mesma será pelo período de um ano, a contar de 10 de novembro de 2008.



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 17 de novembro de 2008.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 077

REDUZIR

- pelo período de 01 (um) ano, a contar de 16 de dezembro de 2008, a carga horária da servidora ANDREIA POERSCH FRIGO DE OLIVEIRA, Agente Administrativo, matrícula nº 1496 2403, para 30 (trinta) horas semanais, nos termos do Art. 6º, § 1º, da Lei nº 7.253/79 (PR.00008.00036/2008-7 - Port. 315-0/08).

TORNAR SEM EFEITO

- a Portaria nº 2999/2008 que nomeou ELROUCIAN UCAYALI SANTOS DA MOTTA para exercer o cargo de Agente Administrativo, deste Órgão (Port.3165/08).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 17 de novembro de 2008.

JORGE ANTONIO GONÇALVES MACHADO,
Diretor-Geral.

BOLETIM Nº 469/2008

O SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

DESIGNAR

- o DR. NEIDEMAR JOSÉ FACHINETTO, Promotor de Justiça de entrância intermediária, matrícula nº 1310 9987, integrante da Rede Ambiental Taquari-Antas, para presidência e instrução do inquérito civil regional (ICR) que trata dos efluentes domésticos em áreas da Sub-bacia do Rio Taquari, juntamente com a Dra. ANDREA ALMEIDA BARROS, Promotora de Justiça de Entrância Inicial, matrícula nº 1495 3722, já designada (Port.3144/08).

CONVERTER

- em tempo dobrado de serviço, somente para fins de vantagens, 01 (um) mês de licença-prêmio, não fruída, da Procuradora de Justiça Dra. MAGALI MANNHART HOFFMANN, matrícula nº 1262 0971, registrada no Boletim nº 177/2003, publicado no D.O.J. de 13/05/2003, referente ao quinquênio de efetividade de 01/05/1998 a 29/04/2003, em conformidade com a Lei nº 10.098/94 (Requerido em 05/11/2008 - PR.00956.00763/2008-8 - Port.3136/08).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 17 de novembro de 2008.

MILTON FONTANA,
Chefe de Gabinete.

BOLETIM Nº 470/2008

O SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

DESIGNAR

- tendo em conta os Expedientes Administrativos nº PR.00034.00292/2008-4 e PR.00843.00099/2008-4 e Processo nº 371/2008-57, do Conselho Nacional do Ministério Público, os Drs. ANÍZIO PIRES GAVIÃO FILHO, matrícula nº 1255 5533, ISABEL DIAS ALMEIDA, matrícula nº 1261 3207,

EDUARDO DE LIMA VEIGA, matrícula nº 1275 0077, PAULO EMILIO JENISCH BARBOSA, matrícula nº 1160 0276, ROBERTO DIVINO ROLIM NEUMANN, matrícula nº 1274 9842, DENISE MARIA NETTO DUARTE, matrícula nº 1196 4677, CLAUDIO DOMINGOS MASTRANGELO COELHO, matrícula nº 1202 3795, GILMAR POSSA MARONEZE, matrícula nº 1262 0998, BRUNO HERINGER JUNIOR, matrícula nº 1290 6441, JOÃO PEDRO DE FREITAS XAVIER, matrícula nº 1295 6538 e o Servidor JORGE ANTÔNIO GONÇALVES MACHADO, matrícula nº 2253 5489 para, sob a presidência do primeiro, integrar Comissão destinada a apresentar sugestões sobre a minuta de Anteprojeto de Lei do novo Plano de Carreiras, Cargos e Salários dos Servidores do Ministério Público e as alterações tendentes a compatibilização da legislação institucional ao art. 37, V, da Constituição Federal (Port. 3177/08).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 17 de novembro de 2008.

MILTON FONTANA,
Chefe de Gabinete.

SÚMULA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

CONTRATADA: IOB INFORMAÇÕES OBJETIVAS PUBLICAÇÕES JURÍDICAS LTDA.; **OBJETO:** renovação da assinatura anual do Guia IOB de Contabilidade para a Unidade de Pagadoria desta Procuradoria-Geral de Justiça; **VALOR TOTAL:** R\$ 658,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420; Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3903; **FUNDAMENTO LEGAL:** Art. 25, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93; **RATIFICAÇÃO** em 13/11/2008, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Anízio Pires Gavião Filho.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 13 de novembro de 2008.

JORGE ANTONIO GONÇALVES MACHADO,
Diretor-Geral.

SÚMULA DO TERMO DE ADITAMENTO DE ACORDO PARA USO DE VEÍCULO PARTICULAR PROCESSO Nº 1481-0900/06-8

PARTES: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, por intermédio da **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, órgão administrativo do **MINISTÉRIO PÚBLICO**, CNPJ nº 93.802.833/0001-57 e o servidor Adilson Ruano Machado, matrícula nº 14952580; **OBJETO:** substituição do veículo: passando a utilizar o veículo da marca Ford, modelo Fiesta Sedan 1.6 Flex, ano de fabricação 2008, placas IPH 2184. **DATA DE ASSINATURA:** 12/11/08.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 13 de novembro de 2008.

JORGE ANTONIO GONÇALVES MACHADO,
Diretor-Geral.



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 17 de novembro de 2008.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 077

SÚMULA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO E RATIFICAÇÃO

CONTRATADA: Editora Magister Ltda; **OBJETO:** renovação das assinaturas das revistas Magister de Direito Ambiental e Urbanístico e Revista Magister de Direito das Famílias e Sucessões, no valor R\$ 900,00; **FUNDAMENTO LEGAL:** Art. 25, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93; **RATIFICAÇÃO** em 14/11/08, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Anízio Pires Gavião Filho.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 14 de novembro de 2008.

JORGE ANTONIO GONÇALVES MACHADO,
Diretor-Geral.

RETIFICAÇÃO DE SÚMULA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO Nº 8472-09.00/08.6 PREGÃO Nº 32/08

Pela presente, retifica-se, na súmula publicada em 14/1/2008, a quantidade do material registrado que é de 50 e não como constou.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 17 de novembro de 2008.

JORGE ANTONIO GONÇALVES MACHADO,
Diretor-Geral.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

BOLETIM Nº 08/2008 - CAOIJ

O COORDENADOR DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que foram instaurados os seguintes Procedimentos Administrativos e Inquéritos Cíveis:

1. Procedimento Administrativo nº 00855.00061/2008, instaurado pela Promotora de Justiça Christiane Mendes Ribeiro Grehs, da Promotoria de Justiça de Rio Pardo com o objetivo de apurar notícia de abrigamento de adolescente.

2. Procedimentos Administrativos nºs 00881.00090/2008, 00881.00094/2008 e 00881.00095/2008, instaurados pelo Promotor de Justiça Luiz Antônio Barbará Dias, da Promotoria de Justiça de São Francisco de Assis, com a finalidade de investigar situação de risco vivenciada por crianças/adolescentes.

3. Procedimento Administrativo nº 00881.00093/2008, instaurado pelo Promotor de Justiça Luiz Antônio Barbará Dias, da Promotoria de Justiça de São Francisco de Assis, com a finalidade de investigar situação de risco envolvendo adolescente, consoante informações de supostas agressões sofridas pelo menor, conforme ofício do Conselho Tutelar.

4. Procedimento Administrativo nº 00881.00092/2008, instaurado pelo Promotor de Justiça Luiz Antônio Barbará Dias, da Promotoria de Justiça de São Francisco de Assis, com a finalidade de investigar eventual situação de risco por infrequência escolar de adolescente.

5. Procedimento Administrativo nº 00881.00091/2008, instaurado pelo Promotor de Justiça Luiz Antônio Barbará Dias, da Promotoria de Justiça de São Francisco de Assis, com a finalidade de investigar eventual situação de risco envolvendo aluno que não está se adequando às normas da Escola Municipal de Ensino Fundamental Wilson Azambuja Vieira, consoante documento expedido pela referida escola.

6. Procedimentos Administrativos nºs 00820.00204/2008, 00820.00205/2008, 00820.00209/2008, 00820.00210/2008, 00820.00211/2008, 00820.00212/2008, 00820.00219/2008, 00820.00226/2008, 00820.00230/2008 e 00820.00231/2008, instaurados pela Promotora de Justiça Ana Cristina Ferrareze Cirne, da Promotoria de Justiça de Passo Fundo, para acompanhamento das medidas protetivas aplicadas pelo Conselho Tutelar, em favor de crianças/adolescentes.

7. Procedimento Administrativo nº 00820.00206/2008, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Cristina Ferrareze Cirne, da Promotoria de Justiça de Passo Fundo, para disponibilizar atendimentos ortopédicos e exames necessários a criança.

8. Procedimentos Administrativos nºs 00820.00213/2008 e 00820.00218/2008, instaurados pela Promotora de Justiça Ana Cristina Ferrareze Cirne, da Promotoria de Justiça de Passo Fundo, para disponibilizar alimentos e demais auxílios necessários a crianças/adolescentes, tendo em vista os problemas de saúde de que são portadores.

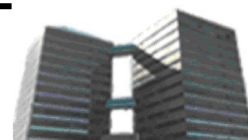
9. Procedimentos Administrativos nºs 214/2008, 215/2008, 216/2008, 217/2008, 228/2008, 229/2008, 232/2008 e 233-/2008, instaurados pela Promotora de Justiça Ana Cristina Ferrareze Cirne, da Promotoria de Justiça de Passo Fundo para verificação da necessidade e conveniência de eventual ajuizamento de ação de destituição do poder familiar de genitor/genitores de crianças/adolescentes.

10. Procedimento Administrativo nº 00820.00220/2008, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Cristina Ferrareze Cirne, da Promotoria de Justiça de Passo Fundo, para apurar a possível presença de crianças e adolescentes em situação de exploração sexual comercial em estabelecimento comercial.

11. Procedimento Administrativo nº 00820.00221/2008, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Cristina Ferrareze Cirne, da Promotoria de Justiça de Passo Fundo, para apurar a possível presença de crianças e adolescentes em situação de exploração sexual comercial em residência.



Diário eletrônico Ministério Público Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 17 de novembro de 2008.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 077

12. Procedimento Administrativo nº 00820.00224/2008, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Cristina Ferrareze Cirne, da Promotoria de Justiça de Passo Fundo, para acompanhar as medidas protetivas aplicadas pelo Conselho Tutelar em favor de criança, a qual necessita de vaga em escola de educação infantil.

13. Procedimento Administrativo nº 00820.00225/2008, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Cristina Ferrareze Cirne, da Promotoria de Justiça de Passo Fundo, para acompanhamento das medidas protetivas aplicadas pelo Conselho Tutelar em benefício de criança, a qual, em tese, está apresentando comportamento inadequado no ambiente escolar.

14. Procedimento Administrativo nº 00820.00227/2008, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Cristina Ferrareze Cirne, da Promotoria de Justiça de Passo Fundo, para acompanhamento das medidas protetivas aplicadas pelo Conselho Tutelar em favor de adolescente, a qual, em tese, foi vítima de atentado violento ao pudor.

15. Procedimento Administrativo nº 00820.00235/2008, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Cristina Ferrareze Cirne, da Promotoria de Justiça de Passo Fundo, para disponibilizar os tratamentos, medicamentos, alimentação especial, fraldas descartáveis e demais auxílios necessários a criança de 6 (seis) anos de idade.

16. Inquérito Civil nº 00921.000030/2008, instaurado pela Promotora de Justiça Renata Pinto Lucena, da Promotoria de Justiça Especializada de Uruguaiana, com o objetivo de apurar necessidade de aprimorar as condições de estrutura física do CASE Uruguaiana e de dotá-lo com os recursos necessários para o atendimento de situações que ponham em risco a segurança da unidade.

17. Inquérito Civil nº 00928.00014/2008, instaurado pela Promotora de Justiça Maria Fernanda Cassol Moreira, da Promotoria de Justiça de Vera Cruz, com o objetivo de apurar o funcionamento de uma casa de prostituição em Linha 15 de Novembro.

18. Inquérito Civil nº 01223.00036/2008, instaurado pelo Promotor de Justiça Jair João Franz, da Promotoria de Justiça de Santiago, em Substituição, tendo como finalidade investigar e regulamentar o funcionamento das lan houses e/ou casas de jogos eletrônicos, com relação à frequência de crianças e adolescentes, no Município de Itacurubi.

19. Inquérito Civil nº 00881.00054/2008, instaurado pelo Promotor de Justiça Luiz Antônio Barbará Dias, da Promotoria de Justiça de São Francisco de Assis, para investigar o transporte escolar no Município, a partir de informações prestadas na Promotoria.

20. Inquérito Civil nº 341/2008, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Cristina Ferrareze Cirne, da Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo, para apurar a regularidade do funcionamento da Escola de Educação Infantil Sonho Encantado.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 14 de novembro de 2008.

MAURO LUÍS SILVA DE SOUZA

Coordenador Substituto do Centro de Apoio Operacional da Infância e da Juventude.

De acordo.

EDUARDO DE LIMA VEIGA,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

BOLETIM Nº 13/2008 – CAO-DH

O COORDENADOR DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, instaurou as seguintes Portarias:

1. Inquérito Civil nº 00748.00294/2008 - instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de **Caxias do Sul**, em 07 de outubro de 2008, tendo por finalidade esclarecer dano a interesses difusos e violação do art. 4º da Lei 8935/94 por instalação do serviço notarial e registral de Ana Rech em local longínquo à comunidade de Ana Rech.

2. Inquérito Civil nº 00748.00311/2008 - instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de **Caxias do Sul**, em 14 de outubro de 2008, tendo por finalidade esclarecer risco aos usuários deficientes físicos em razão de constantes defeitos nos sistemas hidráulicos dos ônibus dotados de elevador para cadeirantes.

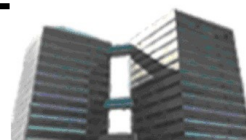
3. Inquérito Civil nº 00748.00313/2008 - instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de **Caxias do Sul**, em 15 de outubro de 2008, tendo por finalidade esclarecer internação psiquiátrica sem consentimento de familiar.

4. Inquérito Civil nº 00748.00268/2008 - instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de **Caxias do Sul**, em 17 de outubro de 2008, tendo por finalidade esclarecer negativa na dispensação do medicamento Rivastinina, apesar de ter pedido administrativo deferido.

5. Inquérito Civil nº 00748.00294/2008 - instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de **Caxias do Sul**, em 20 de outubro de 2008, tendo por finalidade averiguar acerca das condições físicas do Instituto Geriátrico Nova Vida Ltda. em abrigar e prestar os cuidados necessários aos idosos.

6. Inquérito Civil nº 00748.00317/2008 - instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de **Caxias do Sul**, em 21 de outubro de 2008, tendo por finalidade averiguar maus-tratos e negligência quanto aos cuidados de M. P. S., pessoa portadora de sofrimento psíquico.

7. Inquérito Civil nº 00748.00318/2008 - instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de **Caxias do Sul**, em 21 de outubro de 2008, tendo



por finalidade esclarecer situação de risco da paciente M. R. A. S. em razão de necessidade de internação psiquiátrica.

8. Inquérito Civil nº 00748.00321/2008 - instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de **Caxias do Sul**, em 21 de outubro de 2008, tendo por finalidade esclarecer situação de grave risco de auto e hetero-agressão pela pessoa portadora de transtorno mental (cópia PA.00748.00307/2008, oriundo da 4ªPJE).

9. Inquérito Civil nº 00748.00322/2008 - instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de **Caxias do Sul**, em 22 de outubro de 2008, tendo por finalidade esclarecer negativa pelo DETRAN de tradução de prova teórica para a CNH para pessoas portadoras de deficiência auditiva.

10. Inquérito Civil Público nº 00801.00049/2008 - instaurado pela Promotora de Justiça Paula Bittencourt Orsi, da Promotoria de Justiça de **Lagoa Vermelha**, em 04 de novembro de 2008, tendo por finalidade apurar Atendimento aos requisitos exigidos pela vigilância sanitária para funcionamento da Comunidade Terapêutica Fazenda São José, em Lagoa Vermelha/RS.

11. Inquérito Civil nº 00815.00098/2008 - instaurado pela Promotora de Justiça Camila Lummertz, da Promotoria de Justiça de **Novo Hamburgo**, em 28 de outubro de 2008, tendo por finalidade apurar eventuais irregularidades na higiene do estabelecimento McDonald's, localizado no Novo Shopping Bourbon, em Novo Hamburgo/RS.

12. Inquérito Civil nº 00815.00099/2008 - instaurado pela Promotora de Justiça Camila Lummertz, da Promotoria de Justiça de **Novo Hamburgo**, em 28 de outubro de 2008, tendo por finalidade apurar eventual risco à saúde pública decorrente de irregularidades na criação de aves em área urbana, no município de Novo Hamburgo/RS.

13. Inquérito Civil nº 00815.00101/2008 - instaurado pela Promotora de Justiça Camila Lummertz, da Promotoria de Justiça de **Novo Hamburgo**, em 30 de outubro de 2008, tendo por finalidade apurar eventual desrespeito, pela Administração Municipal, às prerrogativas do Conselho Municipal de Saúde, podendo ensejar reprovação dos Relatórios de Gestão e conseqüente prejuízo no repasse de verbas e no atendimento à população de Novo Hamburgo /RS.

14. Inquérito Civil Público nº 00820.00273/2008 - instaurado pelos Promotores de Justiça Gilson Borguedulff Medeiros e Ana Cristina Ferrareze Cirne, da Promotoria de Justiça de **Passo Fundo**, em 14 de agosto de 2008, tendo por finalidade verificar, provocar e articular a atuação em rede visando à adoção de providências efetivas para o cumprimento da Constituição Federal, das Convenções da Organização Internacional de Trabalho, da Consolidação das Leis Trabalhistas, do Estatuto da Criança e do Adolescente e das demais normas proibitivas do trabalho de crianças e protetivas do trabalho de adolescentes.

15. Inquérito Civil Público nº 00820.00280/2008 - instaurado pelo Promotor de Justiça Gilson Borguedulff Medeiros, da Promotoria de Justiça de **Passo Fundo**, em 26 de agosto de

2008, tendo por finalidade verificar, provocar e articular a aplicação do Provimento 28/04 - CGI (More Legal 3) na área conhecida como de Elvira Ribeiro, no Município de Pontão/RS.

16. Inquérito Civil Público nº 00820.00318/2008 - instaurado pelo Promotor de Justiça Gilson Borguedulff Medeiros, da Promotoria de Justiça de **Passo Fundo**, em 23 de setembro de 2008, tendo por finalidade verificar, provocar e/ou articular as providências necessárias para a compra de vagas pelo Município de Passo Fundo nas instituições asilares desta cidade e/ou a destinação/construção, bem como providências necessárias para regular funcionamento, de entidade asilar pública.

17. Inquérito Civil Público nº 00820.00346/2008 - instaurado pelo Promotor de Justiça Gilson Borguedulff Medeiros, da Promotoria de Justiça de **Passo Fundo**, em 20 de outubro de 2008, tendo por finalidade verificar eventuais irregularidades decorrentes do abrigamento de idosos, na Vila Donária, nesta Cidade.

18. Inquérito Civil Público nº 00943.00021/2008 - instaurado pelo Promotor de Justiça Marcelo Tubino Vieira, da Promotoria de Justiça de **Portão**, em 08 de outubro de 2008, tendo por finalidade apurar falta de unidade básica de saúde pelo Município de Capela de Santana/RS no ano de 2008.

19. Inquérito Civil Público nº 00943.00022/2008 - instaurado pelo Promotor de Justiça Marcelo Tubino Vieira, da Promotoria de Justiça de **Portão**, em 08 de outubro de 2008, tendo por finalidade apurar falta de Equipes de Saúde da Família e de Agentes Comunitários de Saúde pelo Município de Portão em 2008.

20. Peças de Informação nº 0082/2008 - instauradas pelo Promotor de Justiça Renoir da Silva Cunha, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de **Porto Alegre**, em 08 de outubro de 2008, tendo por finalidade investigar potencial dano a direito difuso ou coletivo da cidadania pelo elevado valor cobrado pela Secretaria Estadual da Segurança Pública - Brigada Militar - Comissão de Supervisão de Vigilância Particular - pela expedição de alvará às empresas de vigilância privada, que inviabilizaria a formação de empresas de pequeno porte no mercado.

21. Peças de Informação nº 0088/2008 - instauradas pelo Promotor de Justiça Renoir da Silva Cunha, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de **Porto Alegre**, em 22 de outubro de 2008, tendo por finalidade investigar potencial dano a direito difuso ou coletivo da cidadania por irregularidades na realização de shows pela Opinião Produtora.

22. Peças de Informação nº 135/2008 - instauradas pelo Promotor de Justiça Renoir da Silva Cunha, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de **Porto Alegre**, tendo por finalidade investigar potencial dano a direito difuso ou coletivo da cidadania pela divulgação, pelo Sindicato dos Estabelecimentos do Ensino Privado no Estado do Rio Grande do Sul - SINEP/RS, de documento que contraria as disposições contidas nos artigos 58 e 60 da Lei Federal nº 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e no artigo 2º da Resolução CNE/CEB nº 02/2001.



Diário eletrônico Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 17 de novembro de 2008.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 077

23. Inquérito Civil Público nº 01128.000137/2008 – instaurado pela Promotora de Justiça Marinês Assmann, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de **Porto Alegre**, em 23 de outubro de 2008, tendo por finalidade averiguar a falta de distribuição, pelo Estado do Rio Grande do Sul, do medicamento especial Ácido Fólnico.

24. Peças de Informação nº 01217.00008/2008 – instauradas pela Promotora de Justiça Cynthia Feyh Jappur, da Promotoria de Justiça de Controle e de Execução Criminal de **Porto Alegre**, em 24 de outubro de 2008, tendo por finalidade investigar acerca da continuidade da prestação de serviços de assistência social nos estabelecimentos prisionais sob a jurisdição da Vara de Execução Criminal de Porto Alegre em função da possível não-renovação dos contratos emergenciais de prestação de serviços em vigor pelo Estado.

25. Inquérito Civil Público nº 01128.00142/2008 – instaurado pela Promotora de Justiça Christianne Pilla Caminha, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de **Porto Alegre**, em 25 de outubro de 2008, tendo por finalidade apurar eventuais irregularidades no concurso para o provimento de cargos para o Quadro de Pessoal do Instituto-Geral de Perícias, no que tange aos direitos assegurados pela legislação aos candidatos com deficiência.

26. Peças de Informação nº 01128.00138/2008 – instaurado pela Promotora de Justiça Christianne Pilla Caminha, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de **Porto Alegre**, em 27 de outubro de 2008, tendo por finalidade averiguar o cumprimento da Lei Municipal n.º 10.298/07, a qual obriga as instituições bancárias que mantêm caixas eletrônicos e adaptá-los de modo a permitir seu acesso e uso por portadores de deficiência físico-motora e dá outras providências, pelos Bancos estabelecidos nesta Capital.

27. Peças de Informação nº 01128.00143/2008 – instaurado pela Promotora de Justiça Christianne Pilla Caminha, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de **Porto Alegre**, em 27 de outubro de 2008, tendo por finalidade investigar eventual prejuízo ou risco de dano aos alunos formandos dos cursos de Engenharia em Energia do Pólo de Novo Hamburgo da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, devido à carência de professores concursados com qualificação na área de Engenharia no Quadro definitivo daquela Universidade.

28. Inquérito Civil nº 01128.00145/2008 – instaurado pela Promotora de Justiça Christianne Pilla Caminha, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de **Porto Alegre**, em 05 de novembro de 2008, tendo por finalidade averiguar se há acessibilidade aos cadeirantes no acesso aos trevos entre as Avenidas Ipiranga e Salvador França; às esquinas entre as Avenidas Protásio Alves e Antônio de Carvalho onde não há rampas, bem como a inexistência de semáforo que possibilite a travessia de pedestres; às esquinas entre a Avenida Protásio Alves com a Rua Irmão Inocência Luís, Rua Franklin e Rua Otávio Santos; além de saída de veículos na calçada do SESC (próximo à parada de ônibus).

29. Peças de Informação nº 01128.00144/2008 – instaurado

pela Promotora de Justiça Christianne Pilla Caminha, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de **Porto Alegre**, em 28 de outubro de 2008, tendo por finalidade averiguar sobre eventuais irregularidades no Concurso Público para Provimento de Cargos do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares da Procuradoria-Geral do Estado no que tange ao preenchimento de vagas pelos candidatos com deficiência que foram aprovados.

30. Inquérito Civil Público nº 01128.000140/2008 – instaurado pela Promotora de Justiça Marinês Assmann, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de **Porto Alegre**, em 28 de outubro de 2008, tendo por finalidade investigar diversas não-conformidades apontadas pela auditoria do DENASUS no PACS – Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul, em Porto Alegre/RS.

31. Inquérito Civil Público nº 00865.00172/2008 – instaurado pelo Promotor de Justiça Fernando Chequim Barros, da Promotoria de Justiça de **Santa Maria**, em 02 de outubro de 2008, tendo por finalidade verificar a disponibilização de vagas às pessoas portadoras de necessidades especiais para estacionamento de veículos no perímetro urbano de Santa Maria.

32. Peças de Informação nº 00864.00214/2008 – instauradas pelo Promotor de Justiça Fernando Chequim Barros, da Promotoria de Justiça de **Santa Maria**, em 27 de outubro de 2008, tendo por finalidade apurar situação de risco envolvendo pessoa portadora de necessidades especiais.

33. Inquérito Civil Público nº 00864.00214/2008 – instaurado pelo Promotor de Justiça João Marcos Adede Y Castro, da Promotoria de Justiça de **Santa Maria**, em 31 de outubro de 2008, tendo por finalidade apurar a falta de leitos para tratamento de dependentes químicos, crack.

34. Peças de Informação nº 547/2008 – instauradas pelos Promotores de Justiça Paula Regina Mohr, Flávio Eduardo de Lima Passos e José Garibaldi Evangelho Simões Machado, da Promotoria de Justiça de **Santo Ângelo**, em 24 de outubro de 2008, tendo por finalidade verificação de irregularidades no funcionamento do Presídio Regional de Santo Ângelo.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 17 de novembro de 2008.

MAURO LUÍS SILVA DE SOUZA,

Promotor de Justiça, Coordenador do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos.

De acordo.

EDUARDO DE LIMA VEIGA,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.